



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

174
p

4ª Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0293319-7

Agravante: BV Financeira S/A CFI

Agravado: Inailde Gomes de Siqueira

Des. Relator: Tenório dos Santos

EMENTA: DIREITO CIVIL, DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. CARTÃO DE CRÉDITO. FRAUDE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. OFENSA. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Em respeito ao princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar os aspectos que evidenciariam o desacerto da decisão hostilizada. 2. O presente recurso não impugna de forma específica os motivos fáticos e jurídicos que poderiam demonstrar um eventual equívoco da decisão monocrática guerreada. 3. Recurso de Agravo não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na apelação nº 0293319-7, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível deste Tribunal, por unanimidade, em **NÃO CONHECER** do recurso, na conformidade do relatório, do voto, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife, 26/9/13.


Tenório dos Santos

Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

135

4ª Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0293319-7

Agravante: BV Financeira S/A CFI

Agravado: Inailde Gomes de Siqueira

Des. Relator: Tenório dos Santos

RELATÓRIO E VOTO

Cuida-se de recurso de agravo legal manejado contra a decisão terminativa da lavra desta Relatoria, que, com fulcro no caput do art. 557 do CPC, negou seguimento ao recurso de apelação nº 0293319-7, em razão de sua manifesta inadmissibilidade.

BV Financeira S/A CFI, em suas razões recursais (fls. 166/175), busca a alteração do *decisum* aduzindo, de forma amplamente genérica, a suposta inoccorrência de danos morais indenizáveis.

Por fim, requer que seja exercido o juízo de retratação ou, acaso não seja assim entendido, que o presente recurso seja julgado pelo Órgão Colegiado.

É o relatório, no essencial.

Bem a propósito, a decisão agravada tem o seguinte teor:

"Cuida-se de recurso de apelação interposto em face da sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Arcoverde que, nos autos da ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais nº 0003344-77.2011.8.17.0220, julgou parcialmente procedentes os pedidos vestibulares para desconstituir os débitos descritos nos autos, bem como para condenar a ré a pagar a autora indenização a título de danos morais no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Em suas razões recursais (fls. 125/130), a



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0293319-7

instituição financeira recorrente requer, em síntese, a reforma da sentença defendendo, de forma notadamente genérica, que não praticou ato ilícito apto a ocasionar abalos de cunho moral, bem como que o quantum indenizatório da aludida verba indenizatória teria sido fixado em quantia elevada. O recurso foi recebido em ambos os efeitos, conforme se infere do despacho às fls. 142. A apelada apresentou contrarrazões às fls. 145/147, defendendo a manutenção integral da sentença hostilizada. Despacho de fls. 149 determinando o envio dos autos ao Tribunal. É o relatório, no essencial. Preconiza o art. 557 do CPC: "O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com Súmula ou com Jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". Interpretando-se a norma cogente invocada, o Relator pode negar seguimento ao recurso que se mostrar manifesta e flagrantemente improcedente. In casu, na atual dinâmica forense, que exige maior celeridade processual, não vislumbro como retardar a solução definitiva da lide. Cinge-se a controvérsia em se averiguar a eventual ocorrência de danos morais indenizáveis, em razão de a instituição financeira recorrente ter promovido a inclusão do nome da autora em cadastro restritivo de crédito, lastreada em débitos contraídos por terceiros. O presente recurso não merece ser conhecido. Nesse contexto, oportuno consignar o estatuído no inciso II do art. 514 do Código de Processo Civil, in verbis: "A apelação, interposta por petição dirigida ao juiz, conterá: (...)II - os fundamentos de fato e de direito; (...)" Da leitura do dispositivo legal acima destacado, conclui-se que o recurso de apelação deve trazer em seu bojo os fundamentos, de fato e de direito, com os quais se almeja a reforma da decisão atacada. Compulsando os autos, verifica-se, com extrema clareza, que o banco apelante não ataca de forma específica e individualizada os argumentos lançados na sentença vergastada. É notório que o presente apelo impugna o decisum guerreado de forma genérica. De uma



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0293319-7

leitura perfunctória do apelo em tela, conclui-se que os fatos expostos neste recurso não guardam consonância com o contexto fático individualizado na peça inaugural. Vejamos. A autora é expressa ao afirmar que esquecera o seu cartão de crédito em uma banca de revistas localizada na cidade de Arcoverde/PE e, que uma funcionária do dito estabelecimento teria se apropriado indevidamente do cartão, utilizando-o na concretização de compras no montante de R\$ 1.209,83 (um mil duzentos e nove reais e oitenta e três centavos). Na espécie, é cristalino que o contexto fático dos autos fora suficientemente e eficazmente delimitado. Nessa toada, é fácil perceber que os fatos aqui analisados tiveram como pressupostos fáticos: a perda de um cartão de crédito da titularidade da autora; a sua posterior utilização indevida na realização de compras e, finalmente, a inserção do nome da autora em rol de inadimplentes motivada pelos débitos indevidamente contraídos. Ao contrário do acima aduzido, a ré trata a presente questão de fundo como se o dano experimentado pela autora tivesse decorrido de atos perpetrados por fraudadores que, "através de elaborado golpe" (fls. 128), realizaram transações comerciais em nome da autora. Atente, ainda, ao fato de que o banco recorrente chega a afirmar em seu apelo que "(...) o pedido de indenização tem como fundamento o fato do apelado ter sido negativedo, sem haver entre as partes qualquer vínculo jurídico a justificar a restrição" (fls. 128) (grifei). Ora, se a própria recorrente foi quem emitiu o aludido cartão de crédito em favor da autora, causa no mínimo, grande estranheza, uma afirmação no sentido de que as partes litigantes não possuem nenhuma relação jurídica. Em verdade, é fácil constatar que não há, no presente recurso, argumentos fáticos e jurídicos expostos com o escopo de combater os eventuais motivos que ensejaram o suposto desacerto da sentença impugnada. Nesse particular, de rigor esclarecer que uma das formalidades comuns a todos os recursos é a de que estes sejam fundamentados em confronto com a decisão atacada, expondo-se,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0293319-7

desse modo, as razões fáticas e jurídicas para a sua reforma. Tal exigência se dá em atenção ao princípio da dialeticidade recursal, o qual impõe à parte recorrente o ônus de motivar o recurso, expondo as razões hábeis à reforma da decisão recorrida frente ao que nela foi decidido. Acerca da matéria em foco, oportuno transcrever a lição de Nelson Nery Junior trazida por Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha na obra Curso de Direito Processual Civil (4. ed. – Salvador: Podium, 2007, v. 3, p.55). "Princípio da dialeticidade. De acordo com este princípio, exige-se que todo recurso seja formulado por meio de petição na qual a parte, não apenas manifeste sua inconformidade com ato judicial impugnado, mas, também e necessariamente, indique os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento da questão nele cogitada. Na verdade, trata-se de princípio ínsito a todo processo, que é essencialmente dialético". Corroborando este entendimento, destaco o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça nos julgados abaixo: PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CABIMENTO DA ORDEM. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. 1. É inadmissível o recurso que não atende ao princípio da dialeticidade, impugnando genericamente o decisum combatido. Inteligência da Súmula 283 do STF. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no RMS 40.539/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 25/03/2013) (grifei). AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NECESSIDADE. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC, COM REDAÇÃO DETERMINADA PELA LEI 12.322/2010. DECISÃO MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 51.972/PE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 26/02/2013) (grifei). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO/REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0293319-7

AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. 1. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 544, § 4º, inciso I, do CPC, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente. 2. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo, sendo insuficientes alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 262.423/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 14/02/2013) (grifei). No caso em pauta, é cristalino que a instituição financeira recorrente não expõe, em nenhum momento, os aspectos, sejam eles jurídicos ou fáticos, que evidenciariam o desacerto da decisão recorrida. Inclusive, vale ressaltar que a única menção que a recorrente faz ao real conteúdo da sentença hostilizada é a reprodução de sua parte dispositiva às fls. 126. Entretanto, tal transcrição literal não tem o condão de afastar o caráter genérico de seu recurso e a flagrante deficiência/insuficiência de suas alegações. Dessa forma, devidamente comprovado o latente descumprimento ao estatuído no inciso II do art. 514 do CPC, a medida que se impõe é o não conhecimento do recurso. Face o exposto, com fulcro nos artigos 557 do Código de Processo Civil c/c o art. 74 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **NEGO SEGUIMENTO ao recurso manejado, mantendo integralmente a sentença**



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0293319-7

hostilizada. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem. Recife, 17/6/13 Tenório dos Santos Des. Relator".

O Art. 557, §1º do CPC preceitua que a parte inconformada com a decisão do relator, pode provocar a análise do colegiado competente para conhecer do recurso mediante a interposição de agravo.

Segundo Marinoni, o recurso de agravo "*apenas desobstrui a via normal do recurso originariamente interposto, permitindo o desembargo adequado da irresignação.*" (MARINONI, 2008, p. 583). Destarte, conclui-se que a finalidade da aludida espécie recursal é a de permitir a análise, pelo colegiado, do recurso julgado monocraticamente.

In casu, cumpre destacar que a negativa de seguimento ao apelo interposto pelo banco recorrente, teve por pressuposto a latente inobservância ao princípio da dialeticidade.

Nesse particular, de rigor asseverar que a empresa ora agravante, em nenhum momento, expôs, naquele recurso, os aspectos que evidenciariam o desacerto da sentença hostileizada.

Em verdade, o apelo manejado pela recorrente primou por uma impugnação genérica do *decisum*, fato que, como visto, fundamentou a decisão terminativa aqui atacada.

Não obstante o contexto acima delineado, verifica-se com clareza que, mais uma vez, a empresa recorrente manejou um recurso em flagrante desacordo para com o aludido princípio.

Da leitura das razões recursais do presente agravo (fls. 166/175), constata-se que o recurso não impugna de forma específica os motivos fáticos



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0293319-7

e jurídicos que poderiam demonstrar um eventual desacerto da decisão monocrática guerreada.

É flagrante que não consta do recurso nenhuma impugnação acerca da matéria que lastreou a decisão terminativa em foco.

Ora, se a decisão terminativa aqui atacada teve por pressuposto a ofensa ao princípio da dialeticidade, era de se esperar que tal aspecto fosse explicitamente impugnado.

Ocorre que, ao contrário, a agravante se limitou a destacar a pretensa inoccorrência de danos morais indenizáveis e a necessidade de redução do *quantum* indenizatório.

No caso em pauta, a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão recorrida demonstra que, em mais uma oportunidade, a ré violou o princípio da dialeticidade.

Nessa seara, a medida que se impõe é o não conhecimento do recurso ante a latente deficiência de suas alegações.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. 1. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 544,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0293319-7

§ 4º, inciso I, do CPC, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente. 2. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo, sendo insuficientes alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 262423/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 14/02/2013) (grifei).

Isso posto, o meu voto é no sentido de **NÃO CONHECER** o presente recurso.

É como voto.

Recife, 26/9/13


Tenório dos Santos

Des. Relator